

O CONCEITO DE CRÍTICA EM MARX¹

Estevam Alves Moreira Neto²

Elaine Cristina dos Santos Lima³

Ivo Tonet⁴

Como em qualquer outro pensador, entendemos que ao nos debruçarmos sobre a questão do caráter que o conceito de crítica possui em Marx, é necessário seguir três princípios metodológicos fundamentais: 1) a busca da gênese histórico-ontológica do seu pensamento, 2) a apreensão da função social das idéias e 3) a análise imanente dos textos.

É a partir desses princípios que acreditamos poder resgatar o caráter mais genuíno do pensamento marxiano. Caráter onto-crítico, este, que nos permitirá afirmar, que o arcabouço teórico, instaurado pelo nosso autor, alcançou o patamar mais elevado de conhecimento científico-filosófico até os nossos dias. Que sua estrutura teórico-metodológica, por ser a que melhor apreende as determinações da realidade, é o melhor instrumento para explicitar as possibilidades de transformação do mundo de forma radical e revolucionária. Como será explicitado ao longo de nosso texto, o termo radical – no seu sentido marxiano mais preciso – significa a busca da raiz dos problemas humanos nos próprios seres humanos. Revolucionário, porque, a partir da raiz, explicita a capacidade e a necessidade de transformar a realidade.

¹ O resumo expandido é resultado do relatório de pesquisa realizado no período 2004-2005 pelos alunos Estevam Alves Moreira Neto/graduação em Ciências Sociais e Elaine Cristina dos Santos Lima/graduação em Filosofia, sob a orientação do Professor Ivo Tonet.

² Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista – Unesp/Campus de Marília. E-mail: estevam@gmail.com

³ Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas - Ufal. E-mail: elainecdsl@yahoo.com.br

⁴ Doutor em Filosofia. Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: ivo_tonet@yahoo.com.br

Qualquer tentativa de restituir o caráter radical e revolucionário do pensamento de Marx tem que apreender a sua relação com as exigências, as possibilidades e os limites do mundo em que foi desenvolvido seu arcabouço teórico-metodológico. E só assim, reestabelecer sua capacidade de desvelar os nexos mais essenciais de - apenas - os seres humanos tornarem-se precisamente o que são e de superarem a forma social atualmente existente.

Dessa maneira, tem-se como finalidade a captura dos determinantes materiais e ideais que levaram o nosso autor a tal engajamento teórico-prático e, conseqüentemente, a romper, a conservar e a elevar as formas de pensamento que foram desenvolvidas anteriormente a ele.

Para compreendermos o que fundamenta a revolução teórica promovida por Marx, ou seja, a instauração de uma nova e radical concepção de mundo e seu estatuto científico-filosófico é imprescindível a análise de três pilares: 1) a perspectiva da classe trabalhadora, 2) a superação dos legados greco-medieval e moderno e 3) a postura histórico-ontológica desse autor.

Primeiramente, assim como a burguesia é a classe que personifica o capital, levando-a ao embate direto com a aristocracia no período feudal, a classe trabalhadora possui o mesmo estatuto ontológico ao personificar o trabalho. Desta maneira, esta última está historicamente determinada a instaurar uma forma de sociabilidade para além do capital, ou de outra maneira, é a classe oposta à burguesia e que toma em suas mãos a missão histórica de instaurar uma ordem social fundamentada no trabalho associado, isto é, livre e consciente.

Mas, ao contrário da burguesia, que com a revolução ascendeu a classe dominante e passou a universalizar os seus interesses particulares, a classe trabalhadora ao ser explorada pela burguesia (ao ponto de tornar-se mercadoria), possui também interesses que ao efetivarem-se tomarão um dimensão que beneficiará a generidade humana. Desta forma, estabelecerá a supressão da degradação humana pela alienação e, assim, superará seu caráter classista ao libertar toda a humanidade da divisão em classes.

A perspectiva marxiana, por estar expressando o ponto de vista da classe trabalhadora, é levada a desenvolver um arcabouço teórico-metodológico que configura a nova e radical concepção de mundo exigida por essa classe revolucionária. Portanto, não podemos aceitar a concepção de que as idéias são apenas puras abstrações, mas ao contrário, são momentos da totalidade histórico-ontológica, com funções muito precisas na reprodução da sociabilidade.

Para erigirmos uma nova sociabilidade é imprescindível, antes de tudo, a crítica dos pressupostos que fundamentam o agir e o pensar da classe conservadora. É preciso perguntar contra quem e o que e em favor de quem e de que essas idéias são elaboradas. E, paralelamente, instaurar um novo estatuto teórico-prático que apreenda o mundo pela raiz, demonstrando que a humanidade constrói a realidade social, e também é construída por ela, dentro de limites historicamente determinados.

Somente dessa forma é possível ultrapassar os limites impostos pela propriedade privada e pelo capital. A classe trabalhadora pode e deve exigir a superação do fetichismo produzido pela ordem do capital, que oculta a raiz dos problemas histórica e socialmente produzidos.

Em segundo lugar, mas não menos importante, é necessária a identificação de como nosso autor estabeleceu o diálogo com seus antecessores e contemporâneos. O que é de suma importância para compreendermos o terceiro momento.

Para que Marx pudesse desenvolver sua perspectiva, houve a necessidade da crítica aos dois grandes paradigmas existentes, o greco-medieval e o moderno. Ambos compreendem o mundo de forma unilateral. Um estabelece uma perspectiva ontológica de caráter metafísico, como no primeiro caso, enquanto o outro desenvolve uma perspectiva gnoseológica centrada no sujeito. Isso acontece porque a imaturidade do mundo e do ser social impede o reconhecimento da conexão ontológica entre o ideal e o material, ou seja, a determinação da radical historicidade da sociabilidade humana.

É na crítica feita a essas duas abordagens, principalmente à burguesa, por ser o capitalismo a forma social vigente, que Marx abre as portas para uma nova e radical perspectiva. Dedicaremos alguns tópicos a esse assunto.

Em nosso terceiro momento, é explicitado como Marx estabelece uma forma inovadora de se produzir conhecimento científico-filosófico.

Marx, ao apreender as questões de “interesse material”, a partir da análise de como se dão as relações humanas em suas “atividades empiricamente verificáveis”, desvela o efetivo ponto de partida e fio condutor para apreensão do desenvolvimento da humanidade e suas possibilidades de transformação revolucionária.

Para Marx, o trabalho é o momento fundante do ser social e através dele se estabelece o surgimento de diversas categorias (que compõem os momentos gerais da humanidade), necessárias, para resoluções de problemas surgidos durante o processo histórico-social. Processo que explicita a socialidade e a historicidade humana como própria da edificação de sua essência, produzida pela sua atividade sensível.

São esses traços fundamentais do ser social que abrem a possibilidade do conhecimento do ser em-si, isto é, a afirmação da objetividade do mundo e dos seres humanos é a base reflexiva e guia para conhecer as coisas em seus próprios nexos.

A partir da identificação da prioridade do objeto nas relações de conhecimento, sem negar o caráter ativo do sujeito, é estabelecido o modo essencialmente efetivo da humanidade: o processo de conhecimento é uma atividade prático-teórica humana, pois necessita do reconhecimento da efetividade do mundo e da atividade do ser social para a sua transformação. Tais pressupostos, como dirá Marx, só poderão ser negados através dos “misticismos lógicos” da imaginação daqueles que não apreendem o caráter ativo dos seres humanos.

Com a priorização ontológica da esfera do ser sobre a do conhecer, a razão deixa de ser onipotente e passa a reconhecer a dinâmica inerente ao mundo.

O conhecer passa da especulação para a reprodução teórica e crítica do ser. A teoria deixa de fundar e orientar o ser e o ser passa a fundar e orientar a teoria. Evitando-se, assim, as armadilhas subjetivistas.

Ao contrário, na filosofia especulativa – tanto nos ideários idealistas (unilateralidade do conhecer) quanto nos mecanicistas (unilateralidade do ser) - cada um com suas particularidades – a razão é o andaime reflexivo de si própria, ou seja, é formalmente auto-sustentada. O pesquisador, por meio de arranjos metodológicos subjetivos, estabelece quais os nexos e suas prioridades diante dos complexos estudados. Assim sendo, a realidade passa a ser conhecida dentro de uma linha lógico-gnoseológica, ou seja, o empírico é reconhecido de acordo com a forma com que as idéias são organizadas no intelecto do sujeito.

Marx, ao contrário, ao partir de uma perspectiva ontológica, isto é, do fato de que o próprio objeto explicita a sua origem e o seu ir-sendo, supera a unilateralidade da razão de interrogar e organizar o mundo, pois a própria realidade pode criticar o processo como a razão conhece e assim estabelecer os limites e possibilidades de inteligibilidade do existente. Deste modo permite a reconstrução ideal do que é concreto em sua totalidade e processualidade.

Dessa maneira, podemos constatar que, para Marx, crítica é: a) análise genética das entificações (o que é), b) busca histórico-social dos pressupostos (como se formou), c) explicitação da processualidade do ser em si mesmo (como se desenvolve) e d) exposição dos limites e possibilidades de transformação do real (como ir radicalmente adiante).

Bibliografia

- ARAÚJO, M. de. **A Filosofia na Crise da Modernidade**. São Paulo: Loyola, 1989.
- CHASIN, J. **Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica**. In: TEIXEIRA, F. J. S. *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio: 1995.
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.
- _____. **Introdução à História da Filosofia**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

COUTINHO, C. N. O Estruturalismo e a Miséria da Razão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, 1978.

_____. O que é Marxismo Ortodoxo. In: **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, Karl. A Questão Judaica. In: **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. Crítica à Filosofia do Direito de Hegel (Introdução). In: **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política (Prefácio)**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Col. Os Pensadores).

_____. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano**. Belo Horizonte: Práxis, 1995.

_____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MANDEL, Ernest. **O Lugar do Marxismo na História**. São Paulo: Xamã, 2002.

MONDOLFO, R. **O Pensamento Antigo**. São Paulo: Mestre Jou, 1971.

NETTO, J. P. **O que é Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Col. Primeiros Passos).

_____. Razão, Ontologia e Práxis. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 44. São Paulo, Cortez, 1995.

REALE, M. **Introdução à Filosofia**. São Paulo: Saraiva, 1989.